

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.312 - PR (2019/0357292-5)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : DAYMON AVELLEDA LIMA (PRESO)
RECORRENTE : TIAGO ALVES MACHADO (PRESO)
ADVOGADO : FABIO ROGÉRIO BARBOSA FERNANDES DOS SANTOS -
PR032155
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar em recurso ordinário em **habeas corpus**, interposto por DAYMON AVELLEDA LIMA e TIAGO ALVES MACHADO, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**.

Depreende-se dos autos que "*Em 07/10/2019 a sentença foi julgada parcialmente procedentes, condenando os pacientes nas sanções dos artigos 33 c/c 40, III da Lei 11.343/06, à uma pena privativa de liberdade: Daymon Avelleda Lima - 07 (sete) anos e 03 (três) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 729 (setecentos e vinte e nove) dias multa e Tiago Alves Machado - 06 (seis) anos e 03 (três) meses de reclusão e 625 (seiscentos e vinte e cinco) dias multa, ambos em regime semiaberto (mov. 328.1)*" (fl. 946), sendo-lhes negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, impetrou a defesa **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, sendo a ordem denegada.

No presente recurso os recorrentes sustentam que não há fundamentação concreta na sentença condenatória que lhes negou o direito de recorrerem em liberdade.

Requerem a revogação da prisão decretada em seu desfavor ou sua substituição por medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido.

Na hipótese, a r. sentença condenatória está fundamentada nos

seguintes termos, **verbis**:

*"[...]Por vislumbrar que **permanecem hígidos os pressupostos e fundamentos que ensejaram a custódia cautelar do condenado, o qual respondeu a todo o processo preso**, mantenho a segregação cautelar, o que faço com espeque no art. 312 do Código de Processo Penal, **observando que o modo de execução deverá ser compatibilizado com o regime estabelecido na sentença condenatória**" (fl. 63, grifei)*

Já a decisão que decretou a preventiva, e foi mantida pela sentença condenatória, esta fundamentada nos seguintes termos:

"No tocante aos requisitos, constato que sua segregação é necessária para fins de garantia da ordem pública, tendo em vista que os três flagrados estavam na posse de enorme quantidade de drogas, sintéticas, de altíssimo custo, somados a petrechos típicos de comercialização e enorme quantidade de dinheiro em espécie, sendo que Daymo já foi condenado por tráfico nos autos 0002546-17.2013.8.16.0013, cuja sentença fora confirmada pelo Tribunal e Justiça há quatro dias.

Os fatos, portanto, são conc retamente de extrema gravidade, demonstrando, pela quantidade e diversidade de drogas, e vastidão financeira, a profunda imersão no comércio ilícito de entorpecentes, com gravíssimas conseqüências sociais, hipótese que não comporta outra solução senão a prisão preventiva de todos. Ainda que se alegue a primariedade de Luanna, trata-se da companheira de Daymon, que residia na mesma casa com toda a enorme quantidade de entorpecentes e petrechos típicos de traficância organizada, quiçá organização criminosa, sendo de difícil credibilidade a versão de que desconhecia a traficância praticada pelo companheiro. Tiago, por fim, igualmente estava na posse de boa parte do entorpecente apreendido, demonstrando estreita ligação com o casal no tocante a traficância" (fls. 174-175).

Portanto, ao que parece, **ao menos neste juízo de prelibação**, o r. **decisum** está suficientemente fundamentado na necessidade de garantia da ordem pública em virtude da quantidade de droga apreendida e do fundado receio de reiteração delitiva. Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. RÉU CONDENADO À PENA DE 8 ANOS E 9 MESES DE RECLUSÃO EM REGIME FECHADO. NEGATIVA DE RECORRER EM LIBERDADE. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE

REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. 2. No caso dos autos, a prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, porquanto o recorrente foi condenado à pena de 8 anos e 9 meses de reclusão, em regime fechado, por envolvimento no tráfico de mais de 100 quilos de cocaína. Consoante se verifica da sentença, os corréus estariam encarregados de transportar o entorpecente até São Paulo e o ora recorrente iria recebê-lo e entregá-lo ao real proprietário.

3. Ademais, o recorrente registra antecedentes criminais, sendo reincidente e contumaz na prática delitiva, já tendo sido condenado, anteriormente, à pena de 20 anos de reclusão pelo Furto ao Banco Central, em Fortaleza, o que também autoriza sua segregação cautelar para garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva.

4. O fato de o recorrente ter permanecido em liberdade durante a instrução processual, não impede que seja decretada a sua prisão preventiva quando da prolação de sentença condenatória, desde que presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, como ocorreu neste caso.

*5. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido" (RHC 76.349/CE, Quinta Turma, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 28/06/2017).*

Não verifico, pois, a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada nesta análise meramente perfunctória, razão pela qual **indefito o pedido liminar.**

Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator